



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO SRP 09/2021

(Processo Administrativo nº 23086.008449/2021-51)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de gás liquefeito de petróleo, como objetivo suprir o estoque do Almoxarifado de Diamantina e demais campi através da aquisição dos itens de uso comum, que são gerenciados pelo setor de almoxarifado, os quais serão utilizados no cumprimento das atividades cotidianas das unidades demandantes, departamentos e de todos os cursos dos Campi da UFVJM atendidos pelo Almoxarifado de Diamantina, visando oferecer suporte para os docentes, discentes e técnicos administrativos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	DESCRICAO	UNIDADE	QTD	QTD MINIMA PARA ENTREGA	VL UNITARIO	VL TOTAL
1	461652	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – CAMPUS JK - DIAMANTINA/MG.	BOTIJÃO	152	30	117,04	17.790,08
2	461652	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – CAMPUS DO MUCURI - TEÓFILO OTONI/MG.	BOTIJÃO	06	02	117,04	702,24
3	461652	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – CAMPUS UNAÍ - UNAÍ/MG.	BOTIJÃO	12	02	117,04	1.404,48
VALOR TOTAL							R\$19.896,80

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano a partir da assinatura da ATA, não prorrogável nos termos do art. 12 do decreto 7892/2013.

1.3. Para o GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, o fornecedor deverá conter autorização para o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP conforme RESOLUÇÃO ANP Nº 49, DE 30.11.2016- DOU 2.12.2016.

1.4. Os itens discriminados acima foram incluídos no PAC/2021, de acordo com o disposto no art. 5º, alínea I a IX, da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.5. Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

2. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) será divulgada, conforme preconiza o art. 4º do Decreto no 7.892/2013.

2.1.1. Havendo manifestação de interesse de outros órgãos e entidades em participar da IRP serão adotados os seguintes critérios para a análise e aceitabilidade:

2.1.1.1. Serão aceitos, no máximo, 2 (dois) órgãos ou entidades participantes na IRP. Caso haja manifestação de um número maior de órgãos, a aceitabilidade de participação levará em consideração a ordem cronológica de registro da manifestação no sistema eletrônico;

2.1.1.2. Serão aceitas, por órgão, as quantidades de, no máximo, o dobro do quantitativo registrado pelo órgão gerenciador, desde que a consolidação dos quantitativos do órgão gerenciador somados aos quantitativos de todos os órgãos participantes não implique na criação de reserva de cota de que trata o art. 8º do Decreto no 8.538/2015;

2.1.1.3. Somente serão aceitas manifestações de órgãos ou entidades localizados na região sudeste do país, em função dos custos logísticos e/ou fiscais e de características regionais;

2.1.2. Os órgãos e entidades que atenderem aos critérios acima serão contactados pelo órgão gerenciador para enviar a Declaração de cumprimento das obrigações do órgão participante e a Declaração de concordância com o Termo de Referência Consolidado.

2.1.3. Serão recusadas as manifestações de interesse que:

2.1.3.1. Não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos para aceitabilidade;

2.1.3.2. Para as quais o participante informe valor unitário diverso do valor unitário registrado pelo órgão gerenciador;

2.1.3.3. Nos casos em que os outros órgãos e entidades não apresentem os documentos solicitados pelo órgão gerenciador ou os apresentarem fora do prazo ou meios estabelecidos.

2.1.4. Não será aceita, em nenhuma hipótese, a inclusão de novos itens;

2.1.5. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP;

2.1.6. As manifestações de interesse que estejam de acordo com os critérios estabelecidos serão aceitas por este órgão gerenciador e figurarão como participantes deste Registro de Preços;

2.1.7. Os critérios acima foram elaborados considerando a capacidade operacional, gerencial e a mão-de-obra disponível atualmente no órgão gerenciador para operacionalização das aquisições e serão aplicados ao presente certame.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Os conteúdos do Estudo Técnico Preliminar são todos aqueles previstos no art. 7º, da IN ME nº 40/2020.

4.3. Os bens a serem adquiridos se enquadram nas hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do decreto 7892/13. Por este motivo a aquisição se dará por meio do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preço.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Trata-se de aquisição de bem comum, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto nº 10.024 de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6.2. Para os critérios de sustentabilidade, estabelecidos na IN SLTI MPOG Nº 1 19/10/2010, devem ser considerados produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

6.2.1. Não haverá impactos ambientais para os itens de consumo que se pretende adquirir.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega dos bens é de até 02 dias úteis a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, e diante da necessidade da Administração, nos seguintes endereços e condições:

7.2. A entrega deverá ocorrer em remessa única, das 8h:00 às 11h30 e das 13h:00 às 16h30 horas, em dias úteis Nos seguintes endereços:

7.2.1. Diamantina/MG: Campus JK, situada na Rodovia MGT 367 KM 583 nº 5000 Alto da Jacuba;

7.2.2. Teófilo Otoni: Rua do Cruzeiro, nº 01, Bairro Jardim São Paulo CEP 39803-371

7.2.3. Unaí: Avenida Universitária, nº 1.000, B, Bairro Universitários CEP 38610-000

7.3. Para fins de planejamento e organização do recebimento dos bens empenhados, o Licitante deverá informar por mensagem eletrônica ou ofício a data e horário previsto de entrega, placa do veículo, nome e telefone do motorista responsável pela entrega.

7.4. Caso a Contratante já tenha emitido a Nota de Empenho para a realização da entrega dos produtos e a empresa não tenha ainda realizado o pedido de revisão de preços ou dispensa de ata, este não incidirá sobre o(s) pedido(s) já formalizado(s) e empenhado(s).

7.5. O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido de revisão ou dispensa de ata.

7.6. Durante o período de análise do pedido de revisão ou dispensa de ata, a empresa licitante terá que efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados na Ata de Registro de Preços.

7.7. A empresa licitante vencedora obrigará-se a realizar as entregas pelos preços registrados, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

7.8. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

7.9. O procedimento de descarregamento e entrega é de total responsabilidade do fornecedor, inclusive na contratação de chapa, ajudante ou afins e, neste caso, assume os riscos de todas as ordens pertinentes à atividade incluindo as trabalhistas, e ainda a prestação de socorro em caso de necessidade.

7.10. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e pelo que segue:

7.10.1. O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete;

7.10.2. Os materiais devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

7.10.3. Os materiais não devem apresentar avarias ou adulterações;

7.10.4. Os materiais devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade;

7.10.5. Os materiais devem estar identificados quanto ao número da licitação, nome da Empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

7.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos.

7.13. Se o licitante realizar a substituição necessária dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente e, após constatar-se a conformidade, em definitivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.14. Caso se verifique que mesmo depois de concedido prazo para a troca, não foi realizada a substituição, será cabível a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

7.15. Havendo algum fator que comprometa a qualidade do produto, como transporte inadequado, mercadoria molhada ou umedecida em excesso por água de chuva, a entrega do bem será recusada.

7.16. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou outro instrumento legal.

7.16.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo

7.17. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. **Comunicar à Contratante por meio de mensagem eletrônica ou ofício a data e horário previsto de entrega, placa do veículo, nome e telefone do motorista responsável pela entrega.**

9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.8. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. 12.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. 12.4 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. **DO PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 trinta dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.2. **O licitante poderá solicitar a dispensa formal da ata, mediante comprovação de que os preços estão abaixo do praticado no mercado.**

14.2.1. **A dispensa não incide sobre Notas de Empenho emitidas antes do pedido formal do licitante.**

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para que o reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. 1Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. Não há complexidade na presente licitação e a entrega do material será em conformidade com a demanda da Instituição, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

15.1.2. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

15.1.3. A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

16. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

16.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.1.6. **não mantiver a proposta**

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multa:**

a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no tópico 1.1 deste instrumento.

17.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

17.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 19.896,80 (Dezenove mil, oitocentos e noventa e seis reais e oitenta centavos.)

18.2. Os preços referenciais desta contratação serão apurados a partir da realização de pesquisas de preços, realizadas pelos requisitantes, com base na utilização dos parâmetros dispostos na IN 73/2020 ME/SEDGGD/SG.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Diamantina, 15 de setembro de 2021

GILDÁSIO ANTÔNIO FERNANDES**Diretor de Patrimônio e Materiais****GABRIEL LUIZ SANTOS EUGENIO****Divisão de Materiais****LEONARDO FRANÇA RIBAS****Divisão de Materiais**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras

Atualização: Julho/2021

APÊNDICE**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – IN 40/2020****OBJETO: Aquisição de material de consumo - Gás Liquefeito 13 KG****1 – Informações Básicas:****Número processo:** 23086.008449/2021-51**2 – Descrição da necessidade da contratação:**

2.1 A UFVJM é constituída de 04 (quatro) Campi que estão localizados nas cidades de Diamantina, Janaúba, Unaí e Teófilo Otoni, possuindo uma quantidade significativa de laboratórios e salas de aulas. Nessa estrutura são ofertados 49 (quarenta e nove) cursos presenciais, 05 (cinco) cursos na modalidade à distância, 08 (oito) programas de doutorado, 15 (quinze) programas de mestrado acadêmico e 08 (oito) programa de mestrado profissional.

2.2 Essa estrutura demanda uma variedade de materiais de consumo como Gás Liquefeito de 13 Kg que subsidiam a continuidade e o desenvolvimento de projetos, pesquisas e aulas práticas. Cabe ressaltar que a falta desses materiais poderá causar prejuízos e comprometer o ensino e a pesquisa, que são atividades finalísticas da instituição.

2.3 Atualmente, a UFVJM possui aproximadamente 120 laboratórios que subsidiam a continuidade e o desenvolvimento de projetos, pesquisas e aulas práticas. Tais solicitações se fundamentam pela necessidade da aquisição do Gás Liquefeito de 13 Kg que não são itens de estoque do almoxarifado, já que esses materiais, de modo geral, têm como objetivo oferecer suporte para os docentes e técnicos, além de um aprendizado de qualidade para os alunos.

2.4 A aquisição do Gás Liquefeito de 13 Kg neste estudo tem como objetivo suprir o estoque do Almoxarifado de Diamantina e demais campi através da aquisição dos itens de uso comum, que são gerenciados pelo setor de almoxarifado, os quais serão utilizados no cumprimento das atividades cotidianas das unidades demandantes, departamentos e de todos os cursos dos Campi da UFVJM atendidos pelo Almoxarifado de Diamantina, visando oferecer suporte para os docentes, discentes e técnicos administrativos.

2.5 A aquisição de cargas de Gás Liquefeito de 13Kg é necessária para à manutenção das atividades diárias e essenciais desempenhadas pelas unidades administrativas da UFVJM em seus campi, onde devido a constante utilização nas copas da Reitoria e unidades, o Gás Liquefeito de 13Kg destina-se preparo de café e chás (manhã e tarde), utilizado diariamente para o consumo dos servidores e visitantes da instituição.

3- Área Requisitante e Responsável

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Patrimônio e Materiais	Gildásio Antônio Fernandes

4 - Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os materiais referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, bem como deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado.

4.2 O prazo de entrega dos bens é de até 02 dias úteis a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail. A entrega deverá ocorrer em remessa única, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 horas, em dias úteis.

4.3 Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

4.4 Os itens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- **Diamantina/MG:** Campus JK, situada na Rodovia MGT 367 KM 583 nº 5000 Alto da Jacuba;
- **Teófilo Otoni:** Rua do Cruzeiro, nº 01, Bairro Jardim São Paulo CEP 39803-371
- **Unai:** Avenida Universitária, nº 1.000, B, Bairro Universitários CEP 38610-000

5 - Levantamento de Mercado

5.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado. Para este tipo de aquisição existe um grande número de fornecedores disponíveis no mercado.

5.2 As possibilidades para aquisição dos materiais de consumo são: pregão eletrônico em sua forma tradicional, pregão eletrônico por sistema de registro de preços, dispensa, inexigibilidade e adesão.

5.2.1 Dispensa foi descartada uma vez que os itens que se pretende adquirir não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no art. 24 da Lei nº 8666/93.

5.2.2 É inexigível a licitação quando há inviabilidade de competição, conforme art. 25 da Lei nº 8666/93, sendo assim essa opção foi desconsiderada.

5.3 Considerando a quantidade de itens que se pretende adquirir, a adesão foi descartada por não ter tempo hábil e não ser econômico para administração.

5.4 A escolha adequada para realizar a contratação dos itens de consumo foi o Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços uma vez que os bens a serem adquiridos enquadram nas hipóteses dos itens I e IV do Art. 3º do Decreto nº 7.892/13. Por tratar-se de materiais de reposição de estoque de almoxarifado e de fornecimento a toda a comunidade acadêmica por meio de atendimento a requisições de materiais de almoxarifado, há necessidade de contratações frequentes (hipótese do item I do art. 3º) na medida em que os estoques ficarem reduzidos durante a vigência das atas ARP, e em função de demandas por quantitativos, de acordo com a natureza de determinados materiais, que não podem ser previamente previstos (hipótese do item IV do art. 3º) em função de seu uso em planos de trabalho acadêmicos realizados nas disciplinas práticas da graduação e pós-graduação em laboratórios.

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

ITEM	SUB ELEMENTO	CATMATE	CÓDIGO E- CAMPUS	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIDADE A LICITAR	PEDIDO MINIMO
1	GÁS ENGARRAFADO	461652	48437	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – CAMPUS JK - DIAMANTINA/MG.	BOTIJÃO	152	30
2	GÁS ENGARRAFADO	461652	85126	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – CAMPUS DO MUCURI - TEÓFILO OTONI/MG.	BOTIJÃO	06	02
3	GÁS	461652	94428	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO -	BOTIJÃO	12	02

ENGARRAFADO	GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – CAMPUS UNAÍ - UNAÍ/MG.			
-------------	---	--	--	--

6 - Descrição da Solução como um todo

6.1 As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

6.2 Portanto, a aquisição de materiais de consumo para utilização nas atividades da instituição deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

6.3 Devido às características da contratação e por se tratar de material de consumo, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

7 - Estimativa das quantidades a serem contratadas

7.1 A estimativa das quantidades dos itens a serem adquiridos foi calculada mediante as quantidades previstas no Plano Anual de Contratações de Diamantina e Teófilo Otoni, Unai e Janaúba, bem como da necessidade de reposição de estoque dos itens de Gás Liquefeito de 13 Kg.

7.2 Ressaltamos que a apresentação e consolidação dos itens do Campus Mucuri deve-se ao Plano de Centralização das Contratações Públicas apresentado pela DILOG/PROAD e transcrito a seguir:

Considerando a supressão da UASG 158673, deverá haver um alinhamento das compras já executadas e que serão processadas visando sua agregação. Aquisições processadas por meio de SRP devem ser consolidadas pela Diretoria de Patrimônio e Materiais conforme demanda levantada pelo campus Mucuri. O cronograma de compra consumo deverá ser unificado e as contratações pontuais analisadas caso a caso.

8 - Estimativa do valor da contratação

8.1 Como método para estimar os valores para a referida contratação, a Administração realizará pesquisa de preços, demonstrando o valor estimado da contratação, bem como as memórias de cálculo e a metodologia utilizada para obtenção dos preços de referência. As pesquisas de preços serão realizadas obedecendo as disposições da IN ME/SEDGGD/SG nº 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme transcrito abaixo:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I- Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II- Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III- Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV- pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

ITEM	CATMAT	DESCRICAO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	MÉDIA	CNPJ
1	461652	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG	BOTIJÃO 13KG	152	103,87	104,00	117,00	108,29	20.537.890/0001-82 24.147.369/0001-90

		FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – CAMPUS JK - DIAMANTINA/MG.							00.414.683/0001-23
2	461652	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – CAMPUS DO MUCURI - TEÓFILO OTONI/MG.	BOTIJÃO 13KG	06	103,87	104,00	117,00	108,29	20.537.890/0001-82 24.147.369/0001-90 00.414.683/0001-23
3	461652	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – CAMPUS UNAÍ - UNAÍ/MG.	BOTIJÃO 13KG	12	103,87	104,00	117,00	108,29	20.537.890/0001-82 24.147.369/0001-90 00.414.683/0001-23

9 - Justificativas para o parcelamento ou não da solução

9.1 No processo licitatório, a adjudicação se dará por itens, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e da Súmula/TCU 247, a saber :

Art. 23: [...]

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. [...] Súmula nº 247 TCU - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

9.2 Nestes termos, considerando não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, a aquisição será através do Sistema de Registro de Preços, com observância ao disposto na Lei 10.520/02, Decretos 10.024/19, 3.555/00, 3.784/01, 7.174/10, 7.892/13, 8.250/14, tipo de disputa de menor preço por item, não havendo agrupamento de itens.

10 - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não se aplica a essa contratação, os itens não possuem interdependência.

11 - Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2017-2021), disponível em

http://media.ufvjm.edu.br/content/uploads/sites/105/2017/07/PDI_2017_2021-2.pdf, que prevê no item 2.7, que trata das “Metas e objetivos” em uma tabela contendo os “Objetivos e metas pedagógicas institucionais da UFVJM”, o seguinte:

- Promover ações de valorização e melhoria do trabalho docente nos cursos de graduação;
- Engendrar esforços para a diversificação e melhoria de recursos tecnológicos e infraestrutura para a atuação pedagógica docente.

11.2 Observando as diretrizes da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, os itens e quantidades que se pretende adquirir foram previstos no PAC/2021, de acordo com o disposto no seu art. 5º, alínea I a IX.

O Plano Anual de Contratações atualizado está disponível para consulta no Portal da UFVJM em http://www.ufvjm.edu.br/licitacoes/home/cat_view/1291-/1756-.html

11.2 Os números correspondentes aos itens previstos no PAC constarão no processo administrativo através da declaração de registro dos itens no PAC.

12 - Resultados pretendidos

12.1 A manutenção das pesquisas e suporte a aulas práticas e o consequente desenvolvimento dos acadêmicos nessas atividades são o principal benefício direto que a aquisição desses materiais proporcionará à comunidade acadêmica, uma vez que somente este tipo de aula oportuniza aos estudantes o contato com as metodologias experimentais, permitindo a aplicação do conhecimento teórico. Ademais, a vivência prática dos conhecimentos adquiridos proporciona aos estudantes maiores chances de inserção no mercado de trabalho. Um dos objetivos de uma instituição de ensino superior é o de oferecer aos cursos ofertados condições de possibilitar aos estudantes a construção de uma sólida base de conhecimentos e o desenvolvimento de competências cognitivas necessárias ao enfrentamento dos novos desafios do mundo atual, formando profissionais capazes de contribuir no desenvolvimento municipal, regional e nacional.

12.2 Como benefícios indiretos é possível mencionar, dentre outros, impactos positivos que esta aquisição será capaz de produzir, como o incentivo implícito dado aos estudantes, já que terão condições estruturais para exercitar o raciocínio, testar experimentos, solucionar problemas e desenvolverem suas atividades. Além de oferecer aos docentes e técnicos um ambiente favorável de trabalho para que as futuras pesquisas e as que estão em andamento gerem resultados e possam ser avaliados com precisão.

12.3 Atender a constante demanda das unidades administrativas da UFVJM em seus campi, onde devido a constante utilização nas copas da Reitoria e unidades, o Gás Liquefeito de 13Kg se torna necessário.

13 - Providências a serem adotadas pela administração

13.1 Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

13.2 O prazo de entrega dos materiais se efetuará em até 02 (dois) dias úteis para produtos nacionais e no máximo 60 dias corridos para produtos importados, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail.

13.2.1 O prazo de validade na data da entrega dos materiais não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

13.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou outro instrumento legal.

13.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

13.7 Não se aplica capacitação dos servidores e adequação do ambiente.

14 - Possíveis impactos ambientais

Não haverá impactos ambientais para os itens de consumo que se pretende adquirir.

15 - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação..

Com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, DECLARAMOS que:

(x) É VIÁVEL a presente contratação.

() NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável, pois visa suprir a instituição de insumos para o desenvolvimento de suas atividades cumprindo assim a missão de produzir e disseminar o conhecimento e a inovação integrando o ensino, a pesquisa e a extensão como propulsores do desenvolvimento regional e nacional, em consonância com seus valores.

16. Responsáveis

GILDÁSIO ANTÔNIO FERNANDES

Diretor de Patrimônio e Materiais

GABRIEL LUIZ SANTOS EUGENIO

Divisão de Materiais

LEONARDO FRANÇA RIBAS

Divisão de Materiais

Divisão de Materiais / Diretoria de Patrimônio e Materiais

FIM DO APÊNDICE



Documento assinado eletronicamente por **Gildasio Antonio Fernandes, Diretor(a)**, em 17/09/2021, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Luiz Santos Eugênio, Servidor**, em 17/09/2021, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo França Ribas, Servidor**, em 20/09/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0463328** e o código CRC **0A07BC35**.